

CHORAR, COMER E REZAR: A IDA DE HENRIQUE IV A CANOSSA E A CODIFICAÇÃO DAS EMOÇÕES NAS FONTES DO SÉC. XI-XII

Cry, eat and pray: Henry`s road to Canossa and the coding of emotions in the sources of the 11th-12th centuries

Daniele Gallindo-Gonçalves
Professora Associada, Universidade Federal de Pelotas
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0383-9154>
E-mail: daniele.gallindo@ufpel.edu.br

Lukas Gabriel Grzybowski
Professor Adjunto, Universidade Estadual de Londrina
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5573-1922>
E-mail: lukas.grzybowski@uel.br

Recebido em: 02/08/2023
Aprovado em: 29/03/2024

Resumo

Neste artigo os autores abordam o tema das emoções que se apresentam nas narrativas da ida a Canossa, realizada por Henrique IV em janeiro de 1077, a fim de receber o perdão do papa Gregório VII e evitar a deposição. Parte-se da recepção contemporânea do evento no imaginário político nacionalista e nacional-socialista para então se observar como se dá a abordagem do tema na historiografia moderna e, finalmente, medieval. São analisadas as obras de Bruno de Merseburg, Lampert de Hersefeld e Gregório VII. Metodologicamente, baseia-se nas reflexões e propostas da história da recepção, bem como da escola germânica da história das representações. Após analisar as estratégias narrativas, conclui-se que as emoções figuram nas narrativas como construções cujo objetivo varia de acordo com a intencionalidade do autor e a mensagem esperada pelo seu público.

Palavras-chave: Canossa; Codificação das Emoções; Historiografia

Abstract

In this article, the authors address the topic of emotions presented in the narratives of the journey to Canossa, undertaken by Henry IV in January 1077, in order to receive forgiveness from Pope Gregory VII and avoid deposition. The article begins by examining the contemporary reception of the event in nationalist and national-socialist political imaginations, and then proceeds to observe how the theme is approached in modern and, ultimately, medieval historiography. The works of Bruno of Merseburg, Lampert of Hersfeld, and Gregory VII are analyzed. Methodologically, the study is grounded in the reflections and concepts of reception history, as well as the German conceptual history. After analyzing the narrative strategies, the article concludes that emotions appear in the narratives as constructions with varying objectives based on the author's intent and the expected message for their audience.

Keywords: Canossa; Coding of Emotion; Historiography

“Nie wieder Canossa!” (“Canossa nunca mais!): eis o título de um dos materiais (livro) nazistas assinado por Hermann Wächter, publicado em 1934. Neste é retomada a imagem de Roma como inimiga do Império, conforme expresso no prefácio: Roma sabota o Terceiro Império, e no mesmo trecho surgem Canossa e o Tratado de Versailles como grandes vergonhas para o povo alemão¹. Imagem já alimentada durante o Segundo Império: “Nach Canossa gehen wir nicht, weder körperlich noch geistig” (“A Canossa não vamos, nem em corpo, nem em espírito”), assim teria se expressado Otto von Bismarck em 1872 ao receber uma correspondência de Roma. No imaginário político do século XIX, o episódio conhecido como “Penitência de Canossa”, “Caminho a Canossa”, encontra ecos no embate entre o chanceler alemão e a cúria romana. Monumentos², postais³, charges⁴, medalhas⁵ atestam uma história tardia de apropriações do episódio histórico. Este, que contempla importante discussão acerca dos limites políticos entre papado e casa imperial durante o século XI, é deslocado e reapropriado pelo Chanceler alemão em forma de uma memória vergonhosa: o momento em que um imperador teria se humilhado perante o papa. Assim, a cultura do século XIX relembra Henrique IV como o imperador que deixou uma mácula na história alemã.

Nas discussões historiográficas dos dois séculos seguintes a Bismarck, Canossa ocupa um espaço de destaque: seja como evocação de um mito ou tentativas mais acirradas de pesquisadores em desmitificar por completo o encontro entre Papa e Imperador no século XI. Com efeito, Ludger Körntgen é enfático. A posição de Bismarck e seu grande impacto nos diversos setores da sociedade alemã do século XIX, foi definidora dos caminhos que a investigação dos eventos em torno da Querela das Investiduras, bem como especialmente do episódio de Canossa, desde o século XIX até fins do século XX tomou. Para ele, ao longo dessas décadas a historiografia esteve certa de que a ida de Henrique a Canossa no inverno de 1077 marca uma grande humilhação do imperador diante do Papa Gregório VII. As discussões, então, resumiam-se a decidir se o ato do imperador significava um reconhecimento das reivindicações de primazia do poder papal sobre o poder imperial, ou se Henrique IV, teria alcançado certo sucesso político por meio de uma ação deliberada e taticamente refletida.⁶ Para compreendermos com mais clareza o evento de Canossa é preciso lançar um olhar para os processos que levaram ao enfrentamento entre Henrique IV e Gregório VII e, finalmente, ao referido

episódio na Emília Romana em janeiro de 1077. Neste sentido, a busca aqui empreendida é, portanto, compreender como o episódio é apresentado pelas fontes do período (crônicas e cartas) e de que forma essas (re)apresentações são envoltas nas mais diversas emoções. Parte-se, pois, da noção de que emoções são construídas narrativamente e que, portanto, possuem uma gramática própria. Compreende-las seria, pois, um exercício de interpretação textual, tendo como base a tradição e circulação das variadas produções em seu contexto.

Canossa na historiografia moderna

Segundo a historiografia contemporânea, as ações imediatas que levaram Henrique IV a Canossa se desenvolveram pouco mais de um ano mais cedo, em dezembro de 1075. Em uma carta destinada ao rei germânico, datada de 08 de dezembro, o papa condena as ações daquele no tocante aos assuntos eclesiásticos, caros ao sucessor reformador de Pedro em Roma. O tom da missiva é áspero, ainda que não fuja da regra diante de situações similares. E, de fato, encontramos outras ocasiões em que cartas papais denunciam os atos de agentes políticos em tom similar, sem que com isso se desencadeasse um processo de tamanha dimensão. Para Gerd Althoff (2016: 170ss.), no entanto, é a reivindicação expressa por Gregório no vocativo a seu interlocutor. “*Gregorius episcopus servus servorum Dei Henrico regi salutem et apostolicam benedictionem, si tamen apostolicę sedi, ut christianum decet regem, oboedierit*” (Gregorius VII, 1967b: ep. 10, 263).

Nesse vocativo encontramos um dos elementos centrais do programa reformador de Gregório, expresso de maneira mais explícita no famoso *Dictatus papae* (Gregorius VII, 1967a: ep. 55a, 201-208), produzido no mesmo ano de 1075, nomeadamente, a defesa da primazia papal sobre todos os demais poderes políticos ou eclesiásticos de sua época. Pois, diferentemente do que se observa na relação entre o papa e os governantes até então, especialmente aqueles com legítimas reivindicações ao título imperial, como é o caso de Henrique IV, Gregório se apresenta nesse caso como fundamentalmente distinto e superior ao seu interlocutor, uma compreensão nova, sobretudo dentro desse contexto especial, em que o (candidato a) imperador era visto como um igual ao papa naquilo que

tange o exercício do poder político. Referindo-nos à tese gelasiana dos dois gládios, conforme se colocava até então no campo das discussões políticas, o papa declara em seu vocativo abertamente a supremacia de um dos gládios — o espiritual — diante do outro, temporal, representado pelo poder do imperador.

A resposta de Henrique não se deixou esperar. O rei germânico convocou para janeiro de 1076 um sínodo na cidade de Worms, um dos centros do poder político da dinastia sálica, e juntamente com os bispos e arcebispos ali reunidos, definiu a deposição do papa como resposta às suas investidas contra Henrique. Na carta enviada por este a Gregório é possível reconhecer um tom bastante diplomático nessa decisão⁸, a qual foi transformada em verdadeiro panfleto político na versão redigida para circulação entre os *magnates* do reino germânico. “*H. non usurpative, sed pia dei ordinatione rex Hildebrando iam non apostolico, sed falso monacho. Hanc talem pro confusione tua salutationem promeruisti, qui nullum in ecclesia ordinem preteristi, quem confusionis, non honoris, maledictionis, non benedictionis, participem non feceris*” (Schmale; Schmale-Ott, 2006: ep. 12, 64).

A ameaça lançada pelos bispos germânicos de deposição do sumo pontífice, bispos estes tidos na cúria romana em grande medida como enviesados em face de seu posicionamento e sua relação com a coroa, foi recepcionada, assim sugere a historiografia, baseada nas narrativas do conflito, como uma declaração de guerra ao papado reformista. Os argumentos dessa disputa se acirram, então, com as resoluções do sínodo de quaresma de 1076, que determinou a excomunhão de Henrique e a dissolução de todos os vínculos de fidelidade a ele (cf. Zey, 2020: 67ss.). O resultado imediato dessa ação do papado foi o desmantelamento da frente de ação de Henrique e seus bispos mais próximos e o revigoramento das disputas políticas internas ao reino (cf. Körntgen, 2014: 98). Em outubro de 1076, liderados por *magnates* do sul do reino germânico, um grupo de nobres insatisfeitos se reuniu em Tribur e determinou que, caso Henrique não se reconciliasse com o papa dentro de um prazo de um ano a contar de sua excomunhão, um novo rei deveria ser eleito. Ao mesmo tempo, o congresso nobiliárquico convidou o próprio papa a presidir o julgamento de Henrique, que deveria permanecer em território germânico — a pedido do papa — aguardando tal evento. Henrique, politicamente encurralado, emite uma *promissio* visando a reconciliação com Gregório, na qual sugere

sua obediência ao papa, ainda que, de maneira astuta, incluía uma provocante condição a ela: que o papa se justificasse igualmente diante dos rumores que circulavam a respeito de seu comportamento político e pessoal (cf. Boshof, 2008: 225ss.). Vemos aí dois movimentos sucessivos de grande importância para compreendermos o contexto da ida a Canossa em 1077 e a função das emoções nas narrativas acerca do evento. Embora tenha sido, conforme já apontado, bastante explorado pela historiografia moderna, bem como pelos autores medievais em suas disputas políticas, a ida de Henrique a Canossa parece, diante do quadro geral das ações das partes envolvidas no conflito, uma consequência lógica do caminho tomado pelo imperador e pelo papa. A saber, dado o acirramento das tensões e a explosão do conflito aberto entre os atores políticos, cuja trajetória passava a fugir do controle tanto do papado — dado o protagonismo assumido pelos *magnates* imperiais, sobretudo a partir da assembleia de Tribur — como do imperador *in spe*, uma vez que sua pretensa deposição de Gregório não encontrou ecos na aristocracia romana, aquela capaz de causar, de imediato, uma interrupção no governo papal, como tantas vezes antes, ambas as partes se viram forçadas, contrariamente às suas expectativas, a negociar entre si um arranjo que devolvesse o controle da condução política, independentemente do novo arranjo que isso demandaria entre as partes.

Se a ida de Henrique a Canossa, além dos Alpes, de encontro ao papa Gregório VII, que se dirigia nesse mesmo momento, janeiro de 1077, até a cidade germânica de *Augusta Vindelicum*, atual Augsburg, na qual um *colloquium* deveria ocorrer em fevereiro, em que as posturas e ações do rei excomungado seriam julgadas por ninguém menos que aquele que o excomungou, foram uma surpresa para alguém, então para os *magnates* que aguardavam ansiosamente a chegada do papa, no intuito de ratificar algumas das decisões tomadas em Tribur, sobretudo a deposição de Henrique e eleição de outro rei, Rudolf (Cf. Tierney, 1996: 54–55). O papa, por outro lado, não parece ter sido pego de surpresa por este encontro. Segundo a carta que envia aos *magnates* germânicos em decorrência dos acontecimentos de Canossa, “*Interim vero regem adventare certe cognovimus*”¹⁰ (Gregorius VII, 1967c: 312). Ademais, o pontífice deixa claro que a ida de Henrique a Canossa foi precedida de negociações, empreendidas por intermediários que, segundo as fontes nos mostram, não eram ninguém menos que Matilde de Canossa, Hugo de Cluny e Adelaide de Turim. Com efeito, Henrique já havia

se retirado do território germânico em segredo e se estabelecido em Bianello, um castelo pertencente igualmente ao patrimônio de Matilde de Canossa, onde o rei iniciara as negociações com o papa, acompanhado de importantes líderes eclesiásticos germânicos — dentre eles Liemar, arcebispo de Bremen, e Benno, bispo de Osnabrück (Boshof, 2008: 229).

Desse modo, quando chega o momento da efetivação dos procedimentos negociados na fortificação de Canossa, no fim de janeiro de 1077, Henrique e Gregório já haviam estabelecido os termos da retomada das relações ente ambos e do retorno de Henrique à comunidade dos cristãos, pela revogação de sua excomunhão, considerando a promessa de obediência do rei ao papa nos assuntos eclesiásticos. Com efeito, conforme a historiografia aponta, os termos concretos dessa negociação são desconhecidos e, sobretudo, obscurecidos tanto pelo desenvolvimento subsequente dos acontecimentos políticos e eclesiásticos, como pelas construções narrativas e significações atribuídas ao encontro do papa e do rei em Canossa (cf. Goetz, 2000; Boshof, 2008; Fried, 2012). Tal perspectiva, filtrada pelas penas dos cronistas, bem como da chancelaria de Gregório VII, que foi fundamental para a construção de uma imagem da ida a Canossa, é a que encontramos, via de regra, nos manuais, bem como em grande parte dos estudos de história medieval, e que se coloca na base dos argumentos dos movimentos nacionalistas do século XIX e XX, que se referem a tal episódio como grande “vergonha” ou “derrota” do governo germânico frente a exigências “estrangeiras”.

Vejamos, então, como a historiografia narra os eventos de Canossa naquele janeiro de 1077. A maioria das narrativas modernas acerca do episódio aponta que, ao ficar sabendo da viagem de Gregório ao território germânico, a fim de atuar como juiz diante de um tribunal a ser realizado no dia Festa de Candelária, 2 de fevereiro, Henrique se dirige às pressas, com séquito reduzido, e desprovido das insígnias reais, de encontro ao Papa, a fim de conseguir a absolvição. Ao tomar notícia da vinda de Henrique, Gregório, por sua vez, temendo um atentado, se refugia na fortificação de Canossa, para onde o rei se dirige e entre os dias 25 e 28 de janeiro, ou seja, em pleno inverno, se apresenta em trajes penitenciais, desprovido de pompa, com pés descalços e aos prantos diante do portão da fortaleza, suplicando ao papa a remissão de suas falhas e sua recepção na comunidade dos cristãos. Diante de tamanha demonstração de arrependimento e

submissão, Gregório teria, então, após os três simbólicos dias, aberto os portões da fortaleza e recebido o rei penitente em seus braços, para então perdoá-lo e, por meio de acordos e contratos, estabelecer as condições da absolvição de Henrique e sua futura conduta em relação à igreja e ao papado em especial (Cf. Blumenthal, 1988: 123ss.; Fried, 2012: 30ss.; Rust, 2011: 87; Herbers, 2014: 93ss.; Zey, 2020: 71ss.; Tierney, 1996: 54; Vollrath, 2004: 58ss.; Struve, 2003).

Contudo, conforme nos apresenta Johannes Fried, o episódio de Canossa em janeiro de 1077 mostra-se como um exemplo excepcional de como os regimes de memória na prática historiográfica impulsionam determinadas maneiras de se conceber e representar o passado, não menos o passado medieval. Pois, segundo Fried, por exemplo, o pacto selado entre Henrique e Gregório em Canossa foi contestado e atacado não somente pelos partidários de Gregório no conflito medieval, mas sobretudo por historiadores modernos: “Die Angriffe der letzteren erfolgten von einer altertümlichen Festung aus überkommenen Irrtümern und neuesten Geschichtsdeduktionen herab, tatsächlich aus Deformationen, Irritationen und Fehlurteilen im Forschungsgedächtnis”¹¹ (Fried, 2012: 31).

As questões levantadas por Fried se apresentam ainda mais preocupantes quando se leva em consideração o processo de construção de uma determinada memória narrativa a respeito de acontecimentos do passado. Não consideramos necessário aqui retomar a ampla discussão em torno da razão histórica e suas implicações para com aquilo que se compreende por história. Basta neste momento remeter ao que Hans-Werner Goetz coloca em sua discussão acerca da *Vorstellungsgeschichte*¹²: “Da man ‚Geschichte‘ heute zunehmend als das Ver-gangenheitsbild der jeweiligen Gegenwart definiert, behandelt eine ‚Vorstellungsgeschichte‘ in diesem Sinn tatsächlich ‚die Geschichte vergangener Zeiten‘.”¹³ (Goetz, 1979: 256–257).

Em relação às narrativas do passado medieval, é preciso ainda lembrar aquilo que Helmut Beumann (1955: 451) já apontava há três quartos de século.

Die Zahl möglicher Fragestellungen, unter denen Geschichtsschreibung zum Überrest wird, ist praktisch unbegrenzt, sofern man sie nur als das begreift, was sie ihrem Wesen nach ist: weit über eine bloße Rolle eines unvollkommenen Vehikels für historische Nachrichten hinaus ist sie der zentrale Ort für die geistige Auseinandersetzung des Zeitgenossen

mit der ihn umgebenden Wirklichkeit und der Niederschlag jener immer wieder erneuerten Bemühungen, den eigenen geschichtlichen Standort auf dem Hintergrund der Vergangenheit zu bestimmen, die geschichtliche Tradition an die Gegenwart heranzuführen und diese mit Hilfe jener zu deuten [...] [I]n der Geschichtsschreibung [hat] die Selbstinterpretation des Zeitalters ihren unmittelbaren Niederschlag gefunden¹⁴.

Atento a essas exigências apontadas por autores como Goetz e Beumann, Fried traz à tona o cerne da problemática com a penitência de Canossa, que a forma como a tradição historiográfica aborda o tema tem sua origem numa interpretação parcial e equívoca dos documentos que não leva em consideração toda a dimensão das narrativas mnemônicas em torno do referido evento. Segundo ele,

Die Memorik¹⁵ verlangt zudem, und das kann nicht nachdrücklich genug betont werden, die konsequente Berücksichtigung der Situativität der Zeugenaussagen, die Beachtung also, wann und unter welchen Umständen diese Berichte zustande kamen. Spätere, unter völlig anderen Umständen gemachte Aussagen, selbst wenn sie von Akteuren kommen, dürfen keinesfalls ohne kritische Vorbehalte herangezogen werden, um früheres Geschehen zu rekonstruieren. Emotionalität, Parteilichkeit, Initiative (als Hinweis auf eigene Betroffenheit) resp. deren Verschweigen sind weitere prägende Konditionen unbewußter, tatsächlich einschneidender Erinnerungsmanipulation gerade im episodischen Gedächtnis zum Canosakomplex¹⁶ (Fried, 2012: 32).

E ele acrescenta,

Die Memorik verlangt eine Gewichtung der Zeugenaussagen nach entsprechenden Kriterien. Sie rückt in der Tat Aussagen in den Vordergrund, die bislang zurückgesetzt waren, und stuft bislang überbewertete Zeugnisse herab. [...] Die Bedeutungszuweisung an das jeweils von den Zeugen erinnerte Geschehen ist von dieser Typologie entscheidend bestimmt, nicht zuletzt, weil jeweils andere Emotionen wirksam waren und die erinnerten Episoden gestalteten. Denn Emotion beherrscht, ob der Zeuge will oder nicht, jede Erinnerung. Interpretierende Historiker achten zu wenig darauf¹⁷ (Fried, 2012: 32–33).

Desse modo, fica evidente o papel que também as emoções desempenham na construção das narrativas a respeito do passado. Ora, essas não se referem exclusivamente

às emoções das testemunhas, como aponta Fried, mas também se reflete na forma como as emoções são apresentadas nas narrativas.

As emoções das/nas narrativas

Para analisarmos as emoções nas narrativas da ida à Canossa, recortamos um conjunto de documentos que se dividem em dois grupos. Por um lado, iremos tratar de textos narrativos que relatam os eventos a partir de uma perspectiva cronística ou historiográfica tipicamente medieval. O que se destaca nesse caso é a profusão de textos relativamente contemporâneos que abordam o conflito entre Henrique e Gregório e que indicam o episódio de Canossa como central para a interpretação das experiências históricas vividas durante os anos de conflito. Dentre essas narrativas, selecionamos as de Bruno de Merseburg, acerca das guerras saxônicas, e os anais de Lampert de Hersefeld. Por outro lado, lançaremos mão igualmente do vasto epistolário da época, representado pelo *registrum* de Gregório e da coleção de *epistolae* de Henrique.

Bruno Saxônico e a inconsistência régia

De acordo com Bruno Saxônico, em *Brunonis de bello Saxonico liber*¹⁸ (1082-1093), em sua ida à Itália, Henrique é apresentado como desnordeado e, portanto, conduzido por uma atitude quase que irracional. Seu desnordeio é justificado pelo cronista através do temor do monarca em perder sua coroa: “*Heinricus autem per Italiam vagans loco, sed magis animo, quid ageret, nesciebat, quia, quicquid ageret, regnum perdere timebat. Nisi enim supplex ad apostolicum veniret et per eum solutus a banno fuisset, regnum se non recepturum pro certo sciebat*”¹⁹ (Bruno de Merseburg, 1937: 84). A coleção de sentimentos e emoções apresentada por Bruno nesse trecho da narrativa é significativa. Ela se vincula com aspectos da alma. A emoção não é somente “terrena” — estar vagando sem rumo pelos territórios italianos —, ou seja, vinculadas à psiquê do governante germânico, mas sobretudo espiritual, ligada à alma, que reflete o estado de perdição de Henrique. Sua alma, desligada do corpo dos fiéis cristãos, vaga sem rumo, procurando por seu pastor, tal como a ovelha perdida ou o filho pródigo do evangelho de

Lucas (Weber; Gryson, 2007: Lc 15, 3-32, 1638-1639), que vagam sem a certeza de sua redenção, aguardando-a da parte do único capaz de concedê-la, incorporado na crônica de Bruno pelo Papa Gregório. Como o filho pródigo, Henrique tem somente uma certeza de redenção: humilhar-se perante o pai, pedindo que este lhe perdoe as faltas e aceite, ainda novamente em sua casa, ainda que seja como servo para trabalhar na gleba.

Bruno remete conscientemente ao texto bíblico nessa construção das posições de Henrique e Gregório. A súplica pelo perdão, estilizada pelo cronista diante do risco de perder o reino, precisa partir do filho rebelde, ainda que ao pai, o papa, doa muito ver essa criança desnordeada, vagando sem rumo, descartada por todos seus (falsos) amigos. Resgatada a ovelha, o filho, ou encontrada a dracma perdida, todavia, tudo o mais deixa de ser relevante para o pastor, o pai ou a mulher, e grande alegria se instala “*et veniens domum convocat amicos et vicinos, dicens illis: Congratulamini mihi, quia inveni ovem meam, quae perierat. [...] Et cum invenerit convocat amicas et vicinas, dicens: Congratulamini mihi, quia inveni drachmam quam perdideram. [...] et adducite vitulum saginatum, et occidite, et manducemus, et epulemu*” (Weber; Gryson, 2007: Lc 15, 6; 9; 23, 1638-1639). Para tanto, sobretudo na parábola do filho pródigo, é a demonstração de arrependimento que permite o resgate do filho, sua contrição e o reconhecimento de que seu pai era bondoso para com os seus subordinados. Daí que o pai pode declarar “*quia hic filius meus mortuus erat, et revixit: perierat, et inventus est. Et coeperunt epulari. [...] epulari autem, et gaudere oportebat, quia frater tuus hic mortuus erat, et revixit; perierat, et inventus est*” (Weber; Gryson, 2007: Lc 15, 24; 32, 1639). A expectativa emocional criada pelo texto do cronista saxão é, portanto, claramente atrelada ao texto bíblico e aponta para a necessidade do exercício do exame de consciência e da auto humilhação diante do pai/papa.

Ademais, a demonstração de humildade precisaria, portanto, ser visível a toda a audiência, tal como fora o filho da parábola, visto de longe pelo pai, e celebrado pelos servos deste (Weber; Gryson, 2007: Lc 15, 20, 1639). Apresentando-se como penitente, Henrique buscava a absolvição papal: sem roupas pomposas, apenas com uma camisola em algodão, descalço (“*Quamvis autem utroque modo se perditum et perditurum non dubitaret, tamen illam partem, in qua aliquid spei esse putabat, elegit; et laneis indutus nudis pedibus ad apostolicum venit*²⁰...” [Bruno de Merseburg, 1937: 84]). Se não

bastasse seu corpo público despido de toda dignidade real, Henrique ainda verbaliza a encenação de sua humildade, ao propor “amar mais o reino celestial do que o mundano” (*“dicens se plus amare regnum coeleste quam terrenum et ideo poenitentiam quamcumque sibi vellet imponere, se humiliter suscepturum”*²¹) [Bruno de Merseburg, 1937: 84]). Note-se nesse trecho os paralelos com o texto da parábola. Por meio de suas vestes e de seus gestos, Henrique surge na narrativa como o filho que declara “*Pater, peccavi in caelum, et coram te: jam non sum dignus vocari filius tuus*” (Weber; Gryson, 2007: Lc 15, 21, 1639).

Incorporar publicamente o status de penitente e negar o corpo régio, se torna a estratégia do monarca perante a figura papal para conquistar sua reintegração social, ou seja, para retomar seu direito como monarca. Aceitar as propostas do papa para exercer sua penitência, seu período liminal, em que ainda que o corpo despedido das insígnias monárquicas busca o reconhecimento público dado pela figura sacra, pode retomar o status de divino na mundanidade de seu cargo. Quase que em um ritual de purificação, Henrique é obrigado a abrir mão de suas marcas régias e que o ligam ao mundo, retirar de seu corpo as joias, e se entregar de coração ao seu ato de contrição. Conforme o cronista: “*Apostolicus vero, de tanti viri tanta humilitate laetatus, praecepit ei, ut regalem ornatum, donec ipse permetteret, sibi non imponeret, quatenus omnipotenti Deo acceptior esset cordis eius contritio, quo eam et foris ostenderet vilis habitus testimonio*²²” (Bruno de Merseburg, 1937: 84). Além da retirada das marcas corporais que o circunscrevem como monarca, Henrique é isolado daquilo que o liga ao mundo, o pecado – “*et ut eos, qui erant excommunicati, convivio vel colloquio vitaret, ne, quod in se propria conversione fuisset Dei gratia mundatum, aliorum contagio fieret magis, quam fuerat, immundum*²³” (Bruno de Merseburg, 1937: 84). Se Henrique é tomado pelas emoções do penitente, Gregório, por outro lado, aparece como o pai a recuperar seu filho, como o pastor que resgata a sua ovelha ou a mulher que encontra a dracma perdida. Diante de tanta demonstração de humildade, o papa, necessariamente, conforme a construção narrativa de Bruno, assumiria a posição do pai, não a do irmão do pródigo. Esquecendo-se das faltas do filho, prepararia um banquete, em vez de nutrir ressentimentos por todos os males sofridos. Em vez de punir, Gregório perdoa.

O ato perante o papado é dado como bem-sucedido, o cronista assevera, contudo, ao final do trecho que trata da ida de Henrique a Canossa, que no momento do retorno aos seus apresenta-se uma discrepância entre o corpo místico, representado pela coroa de ouro em sua cabeça, e corpo natural, lido através da imagem de seu coração em excomunhão. Para o cronista, toda a encenação de Henrique se tratava, pois, de um subterfúgio que não condizia com sua essência: “*Imponit capiti aureum diadema et in corde retinet ferro fortius anathema. Excommunicatorum communioni miscetur et a sanctorum communione miser ille repellitur. Nunc fecit omnibus manifestum, quam non verum esset, quod dixit, plus se amare regnum coeleste quam terrenum*²⁴” (Bruno de Merseburg, 1937: 84–85). Trata-se de uma reviravolta, que justifica, retrospectivamente, o fato de Henrique não seguir na comunhão dos fiéis, tal como o filho pródigo da parábola. Aquele, submisso ao pai, recebe a túnica, o anel e os banquetes. Este, hipócrita, se faz passar pelo filho pródigo, mas age mal, e merece ser novamente expulso.

O arranjo narrativo orquestrado na crônica de Bruno aponta para um monarca dissimulado e que busca o perdão papal de forma calculada, apenas para manter suas insígnias. O temor de Henrique é, portanto, o da perda do reino terreno, importando pouco o reino dos céus. O papa, por outro lado, age de acordo com seu papel de apóstolo ao perdoar o pecador de seus delitos. Se para Henrique vale a dissimulação em suas atitudes, para o papa, o cronista elege a lealdade. Uma lealdade a seu apostolado e suas crenças demonstrada através da tristeza com o que retorna urgentemente à Itália para protegê-la (“*Itaque misso velociter nostris obviam legato, ipse tristis, immo et multa timens revertitur, ut Italiam a gladio et igne tueatur*²⁵” [Bruno de Merseburg, 1937: 83–84]) bem como em sua atitude benevolente em perdoar o monarca. Percebe-se, aqui, que Bruno se utiliza de sua crônica para criticar o comportamento do monarca diante de decisões políticas (Althoff, 1996: 248).

Lampert de Hersefeld e a miséria imperial

Lampert de Hersfeld em seus *Annales* apresenta um monarca consciente de que depende do papado para continuar regendo: “*Rex etiam certo sciens omnem suam in eo verti salutem, si ante anniversariam diem excommunicatione absolveretur...*²⁶”

(LAMPERT DE HERSEFELD, 1894, p. 283). Henrique é para a crônica de Lampert um monarca decaído e com pressa em resolver a situação - “*Eo miseriarum et calamitatis ex summa gloria summisque opibus repente pervenerat*”²⁷ (Lampert de Hersefeld, 1894: 284). Embora por meio de soluções narrativas distintas, Lampert e Bruno compartilham em suas crônicas a ideia de um imperador que reconhece sua situação precária. Todavia, é preciso destacar aqui a diferença na ênfase dos autores. Bruno recorre ao modelo da parábola evangélica, enquanto Lampert se concentra na construção de uma narrativa nos moldes dos clássicos. A influência do estilo de Salústio, sobretudo na figura de Catilina, salta aos olhos. A arrogância do governante transpassa todo o texto, mesmo diante da certeza de sua derrota. E, tal como o conspirador romano, Henrique segue seu caminho teimosamente em direção à ruína. Suas artimanhas, como a penitência de Canossa, são meros interstícios na jornada rumo à perdição.

O erro do monarca é marcado através da menção à ira divina que se volta contra aquele, pois também aqueles mais próximos teriam lhe virado as costas ao não ajudá-lo na viagem (“*Ita indignatio Domini non solum sacramentis et frequentibus beneficiis sibi obnoxios, sed etiam amicos et genere propinquos ab eo averterat*”²⁸ [Lampert de Hersefeld, 1894: 286]). Esse tema do abandono por parte dos amigos é significativo na composição de Lampert e remete ao contexto da guerra de Catilina. Conforme o cronista romano, “*pauci ex amicis auxilio esse, nam ceteri metu perculsi a periculis aberant.*” (Sallustius Crispus, 1985: 14). Naquilo que viria a se tornar um tema repetido com frequência, Salústio sugere que a ausência dos amigos se mostra especialmente como marca da crise, nesse caso da cidade de Roma, diante dos ataques vizinhos. Semelhantemente, Lampert recorre à mesma imagem, do abandono, para criar a sua narrativa da crise imperial. Vale destacar, em relação a Salústio, que o herói de sua narrativa, Júlio César, será justamente aquele apresentado como político hábil, capaz de angariar adeptos e amigos para sua causa (Cf. *Bellum Catilinae* cap. 54. Sallustius Crispus, 1985: 86), um cenário diametralmente oposto ao de Henrique IV. A indireta referência a César é crítica aqui, pois coloca o rei germânico em uma posição de fragilidade frente à sua reivindicação imperial.

A menção a rumores de que o monarca se deslocara à Itália com a finalidade de depor o papa e se vingar com armas de sua excomunhão, apontam para um monarca

coberto de ira (“*Preterea, quia fama vulgaverat ad deponendum papam ferocibus eum animis properare, admodum gratulabantur oblatam sibi occasionem esse, qua in eum, qui se iam pridem ab ecclesiastica communione suspenderat, iniuriam suam idonee vindicarent*”²⁹) [Lampert de Hersefeld, 1894: 287]). Aqui também se observa a influência do modelo historiográfico oferecido por Salústio por meio da sua Conjuração de Catilina. Como o aristocrata romano, Henrique é apresentado como aquele que se dirige até Roma a fim de promover a desordem e desestabilizar as instituições responsáveis pela manutenção do *ordo orbis terrae*. Ao se portar como Catilina, também Henrique pode ser acusado de agir segundo os *vitia* e querer introduzir no império e em Roma a imoralidade, a corrupção e, com isso, colocar em xeque os avanços conseguidos até então pelos reformistas. Incapaz de fazê-lo pelos argumentos, como o aristocrata romano também ele recorreria às armas. Ainda que o burburinho não se confirme, tal apontamento dos anais de Lampert acena para uma inviabilidade do monarca, como esta já apontava Salústio em relação a Catilina. Para Gerd Althoff, “Auf diese Weise brachten sie [die Zeitgenossen] nämlich ihre Kritik an seinem unköniglichen Verhalten zum Ausdruck. Einen König als christlichen Herrscher positiv darzustellen, bedeutete nämlich, ihn nie als vom Zorn übermannt zu zeichnen”³⁰) (Althoff, 2010: 16). Mais do que isso, a possível ira do monarca confirmaria a falha em seu corpo místico e, portanto, apontaria para uma decisão correta de Gregório VII ao excomungá-lo.

Para reverter a imagem de conspirador e dominado pelos vícios políticos, espera-se de Henrique nos anais de Lampert que o governante apresente uma mudança radical em seu comportamento. Não mais orientado pela busca de seus próprios fins viciosos, mas atendendo às necessidades de toda a cristandade, Henrique deve colocar todas as suas marcas de poder, inclusive a sua própria disposição e seu corpo, à disposição do verdadeiro líder dessa cristandade, aquele responsável pela manutenção do correto ordenamento do mundo por meio de seu ofício de vigário de Cristo na terra. Gregório VII se pronuncia, pressionando Henrique a se arrepender verdadeiramente (de coração) de seus atos: “*‘Si veraciter’, inquit, ‘eum facti penitet, coronam et caetera regni insignia in argumentum verae et ex animo actae penitudinis nostrae potestati dedat et se post tam contumax admissum regio nomine et honore deinceps indignum profiteatur*”³¹) (Lampert de Hersefeld, 1894: 291–292). Ofertas conciliatórias dessa natureza são até certa medida

recorrentes e apontam para um entendimento particularmente avesso ao conflito, mas que demanda a manutenção da ordem política. É também em Salústio que encontramos exemplos que possivelmente, ainda que de maneira indireta, podem ter servido de referência para Lampert e sua construção das negociações entre Henrique e Gregório. No caso do cronista de Hersefeld, o monarca precisa demonstrar corporalmente que nega seu corpo místico através da entrega da coroa e das insígnias bem como deve se declarar indigno dessas.

Henrique deve, assim, se submeter ao papado (“*sedis apostolicae decretis nunc obediendo expiaret*³²” [Lampert de Hersefeld, 1894: 292]). Despido de seu corpo místico, Henrique aguarda pacientemente a decisão papal:

*Venit ille, ut iussum fuerat, et cum castellum illud triplici muro septum esset, intra secundum murorum ambitum receptus, foris derelicto omni comitatu suo, deposito cultu regio, nihil preferens regium, nihil ostentans pompaticum, nudis pedibus ieiunus a mane usque ad vesperam perstabat Romani pontificis sententiam prestolando*³³ (Lampert de Hersefeld, 1894: 292).

E após negociações – “*post multas hinc inde dictas sententias*³⁴ (Lampert de Hersefeld, 1894: 292) - Henrique consegue o que veio buscar, mas não sem condições preestabelecidas: o monarca precisa exercer seu reinado de forma humilde, sem praticar a vingança e obedecer ao papado. Os poderes do monarca ficam assim limitados pelas exigências papais até a sentença final:

*Quodsi, purgatis quae obicerentur, potens confortatusque in regno perstitisset, subditus Romano pontifici semper dictoque obtemperans foret et ad corrigenda, quaecumque in regno eius contra ecclesiasticas leges prava consuetudine inolevissent, consentiens ei et pro virili portione cooperator existeret*³⁵ (Lampert de Hersefeld, 1894: 294).

Ademais, Henrique precisa passar por uma nova prova para selar sua absolvição: durante a missa tomar a outra metade da hóstia consumida por Gregório VII sem que essa lhe pare na boca. Isso demonstraria sua inocência e findaria toda a querela.

Si te innocentem nosti et existimationem tuam ab emulis tuis per calumniam falsis criminationibus impeti, libera compendiose et aecclesiam Dei scandalo et te ipsum longae concertationis ambiguo, et sume hanc residuam partem dominici corporis, ut comprobata Deo teste innocentia tua obstruatur omne os adversum te iniqua garrientium, et me deinceps causae tuae advocato et innocentiae tuae vehementissimo assertore, principes tibi reconcilientur, regnum restituatur, omnes, quibus iam diu res publica vexatur, bellorum civilium tempestates in perpetuum sopiantur³⁶ (Lampert de Hersefeld, 1894: 296).

O trecho termina com o convite de Gregório VII ao imperador para que comam juntos: “Mit dem gemeinsamen Essen und wohl noch wichtiger Trinken zeigte man seine Bereitschaft zu friedlich-freundschaftlichem Verhältnis zu dem Partner³⁷” (Althoff, 1993: 39).

A crônica de Lampert aciona a imagem da negociação como marca do papado e para o monarca resta aceitar os termos do salvo-conduto para que possa voltar ao seu trono. Gregório VII aparenta assim dominar o jogo, sendo Henrique manipulado por aquele. Althoff, contudo, acena para o fato de que „Nach der Darstellung Lamperts war der ganze Akt also vorher ausgehandelt und sein Ablauf festgelegt. Die Vermittler garantierten ein entsprechendes Verhalten der beiden Hauptakteure³⁸” (Althoff, 1993: 39). Enquanto Lampert acentua uma provável ira do monarca ao se deslocar a Canossa e sua dúvida em aceitar a ordalia (a divisão da hóstia), a carta de Gregório VII, mostra um outro arranjo; uma cena envolta em emocionalidades.

O epistolário de Gregório e as faces da *Realpolitik* medieval

De acordo com Gregório VII, Henrique envia um mensageiro antes mesmo de chegar ao seu destino, com a finalidade de demonstrar sua humildade perante o papa e suas mais profundas intenções de se submeter à autoridade eclesiástica para obter o perdão: uma demonstração privada de suas intenções

Qui etiam, priusquam intrasset Italiam, supplices ad nos legatos premitens per omnia se satisfacturum Deo et sancto Petro ac nobis obtulit et ad emendationem vitę suę omnem sese servaturum

*oboedientiam repromisit, dummodo apud nos absolutionis et apostolicę benedictionis gratiam impetrare mereretur*³⁹ (Gregorius VII, 1967: 312).

Vemos nessa missiva uma justificativa de Gregório para as ações que se seguiram e culminaram no evento de Canossa. Longe de ser um ato espontâneo, foi certamente divisado durante as negociações políticas que antecederam o encontro. A isso pertencem também os elementos vinculados às demonstrações das emoções do monarca. O arrependimento, a submissão, as marcas da humildade e da contrição, para além de constituírem genuína expressão das emoções do indivíduo, apontam para o papel das emoções enquanto atos políticos, portanto regulados e esperados diante das situações pertinentes.

Portanto, além do anúncio privado, que toca a posição de Henrique enquanto cristão excomungado, logo desvinculado do corpo social que se coloca na base de suas relações com seus pares, ocorre uma demonstração pública, cujo caráter é político, mas não menos emocional. O monarca se mantém diante dos portões por três dias, apresentando-se publicamente como um penitente, sendo humilhação, lágrimas e vestes humildes as marcas visíveis em seu corpo. O trecho da carta de Gregório VII apresenta um monarca coberto em arrependimento, que suplica com lágrimas por sua absolvição. A atitude de contrição em que Henrique é apresentado move a multidão a acompanhá-lo em seu pedido de perdão. Gregório VII ainda assevera que alguns apontaram severidade em sua decisão, comparando a um tirano.

*Ibique per triduum ante portam castrı deposito omne regio cultu miserabiliter utpote discalciatus et laneis indutus persistens non prius cum multo fletu apostolicę miserationis auxilium et consolationem implorare destitit, quam omnes, qui ibi aderant et ad quos rumor ille pervenit, ad tantam pietatem et compassionis misericordiam movit, ut pro eo multis precibus et lacrimis intercedentes omnes quidem insolitam nostrę mentis duritiam mirarentur, nonnulli vero in nobis non apostolicę severitatis gravitatem, sed quasi tyrannicę feritatis crudelitatem esse clamarent*⁴⁰ (Gregorius VII, 1967: 313).

O cenário de penitência é recuperado nessa missiva de Gregório. Mais uma vez observamos Henrique em trajes simples, despido das insígnias do poder régio, externando

de maneira expressiva as emoções de um cristão arrependido. Trata-se, contudo, não somente de ato pessoal, mas institucional e, portanto, político. Como em outras ocasiões, as demonstrações públicas das emoções objetivam fins bastante claros e diretos no contexto do corpo político envolvido. Daí a grande comoção que o ato gera entre os atores políticos do mais elevado estrato, que colocam sobre o papa o peso da ação e demandam a reconciliação, dentro das regras do jogo político medieval.

Diante do apelo do monarca e a encenação coletiva, Gregório VII decide pela absolvição do monarca, primando, assim, pela unidade da Igreja com o Império. Não obstante, é preciso destacar que tal decisão não parte da comoção de Gregório diante da imagem do rei penitente, mas constitui resposta esperada pelos agentes políticos diante da performance emotiva de Henrique (*“His itaque sic peractis, ut ad pacem ecclesie et concordiam regni, sicut diu desideravimus, omnia plenius Deo adiuvante coaptare possimus, ad partes vestras data primum oportunitate transire cupimus”*⁴¹) [GREGORIUS VII, 1967, p. 313]. De acordo com Althoff, Henrique burla as regras do jogo: *“Er habe das Ergebnis von Verhandlungen vorweggenommen, ohne Absprache mit einer ratijutio begonnen und dadurch - sicher wohlkalkuliert - so großen Zwang auf den Papst ausgeübt, daß dieser die gewünschte Absolution erteilen mußte - wider seinen eigenen politischen Willen”*⁴² (Althoff, 1993, p. 39).

A carta de Gregório VII acentua, portanto, o componente emocional da presença do monarca em Canossa. As lágrimas bem como as roupas humildes (de penitente) engendram a imagem de um Henrique arrependido e suplicante, que se submete publicamente. Nessa comunicação que mistura símbolos visuais (lágrimas e roupas) e auditivos (lamentos), asseguram o sucesso da empreitada de Henrique perante Gregório VII, pois *“Sie sollten die Dringlichkeit der Bitte unterstreichen und ihre Ablehnung dadurch erschweren, dass sich der Bittsteller selbst entäußerte”*⁴³ (Althoff, 2010: 3).

Considerações finais

O episódio da ida a Canossa entrou para a memória historiográfica a respeito da Idade Média como um momento de ruptura que separa um período de tutela da igreja por parte do Império, que vinha se configurando ao menos desde o período carolíngio, se

ignoradas as intervenções dos imperadores de Constantinopla até o século VII, e um período de florescimento e afirmação do poder eclesiástico enquanto poder político e instituição autônoma, que caracterizará as ações da igreja centrada em Roma nos séculos subsequentes até o final da Idade Média. Episódio definitivo na experiência histórica, Canossa foi alvo de apropriações políticas e extensos debates na historiografia, tendo sido tomado como tema privilegiado nas narrativas historiográficas desde o período imediatamente posterior ao próprio ocorrido. Desde então, os elementos vinculados às codificações das emoções não deixaram de ocupar um papel central na interpretação e significação do passado, dos atores e suas ações naquele janeiro de 1077.

Assim, pouco mais de meio século após o evento de Canossa, Otto de Freising escrevia

Lego et relego Romanorum regum sive imperatorum gesta et nusquam invenio quemquam eorum ante hunc a Romano pontifice excommunicatum vel regno privatum, nisi forte quis pro anathemate habendum ducat, quod Philippus ad breve tempus a Romano episcopo inter penitentes collocatus et Theodosius a beato Ambrosio propter cruentam cedem a liminibus ecclesiae sequestratus est⁴⁴ (Otto von Freising, 1912 [1984]: 304).

Aqui fica evidente como não somente a cena descrita nas narrativas do evento de Canossa, mas a própria construção dessa narrativa está, desde o período, envolta em elementos emocionais. Como o cronista de Freising aponta, todo o desenvolvimento da controvérsia, a excomunhão do rei e a penitência, causam espanto e indignação no autor. Sete séculos mais tarde essa indignação ainda reverbera nas palavras de Bismarck e dos panfletistas do partido nazista alemão.

Quando olhamos as narrativas medievais que abordam o evento da ida a Canossa, vemos que, para além da simples apresentação de um acontecimento, os autores imprimem suas próprias emoções na composição textual, trazendo suas referências e modelos para a discussão dos eventos ocorridos em janeiro de 1077. Cada qual a partir de sua própria agenda, os autores não simplesmente relatam, mas sim *constroem* o fato na medida em que o narram acionando sistemas emocionais. Conforme aponta Hans-Werner Goetz,

History and historiography are, of course, not identical because the authors did not write down what actually happened but what they

thought or believed (or even wanted) to have happened [...] the *narratio rerum gestarum*, is a (controlled and reflected) ‘construction’; writing history means ‘constructing the past’, although no medieval chronicler would have noticed or admitted such a characterisation⁴⁵ (Goetz, 2006: 18).

Portanto, quando se encontra nas narrativas medievais elementos que nos remetem às emoções dos agentes descritos, é preciso considerar qual o sentido narrativo do emprego de tais imagens para a narrativa proposta. Quando Bruno de Merseburg, Lampert de Hersefeld e o próprio Gregório VII retratam os eventos de Canossa, cada qual tem perante si um objetivo a ser traduzido por meio da narrativa apresentada. As emoções do rei germânico excomungado são, assim, não as emoções de Henrique propriamente, mas aquelas que lhe foram atribuídas a fim de que o texto narrado fizesse sentido para seus leitores, para o público divisado por seu autor.

Nas fontes do período do embate entre Henrique IV e Gregório VII apresentam-se recursos narrativos que acionam emoções distintas para a delimitar os lados do embate tomados por cada um dos narradores. As mesmas estratégias de usos emocionais foram movimentadas por atores de períodos posteriores: ora via um discurso político orientado, como no caso de Bismarck e os nazistas, ora via a construção historiográfica dos eventos que antecedem e culminam em Canossa. A visita a Canossa se tornou necessária para compreender as nuances que perpassam os textos e delimitar em que medida e como emoções foram construídas nas narrativas. Chorar, comer e rezar foram momentos decisivos na construção do episódio.

Fontes

- BRUNO DE MERSEBURG. **Brunos Buch vom Sachsenkrieg**. Leipzig: K. Hiersemann, 1937 (Monumenta Germaniae Historica Deutsches Mittelalter kritische Studientexte des Reichsinstituts für ältere deutsche Geschichtskunde, 2).
- GREGORIUS VII. Liber IV. In: CASPAR, E. (Org.). **Das Register Gregors VII**. 3. ed., Berlin: Weidmann, 1967. XLII, p. 289–347 (Monumenta Germaniae Historica Epistolae Selectae, 2,1).
- GREGORIUS VII. Liber II. In: CASPAR, E. (Org.). Das Register Gregors VII. 3. ed., Berlin: Weidmann, 1967a. XLII, p. 124–241 (Monumenta Germaniae Historica, 2,1).
- GREGORIUS VII. Liber III. In: _____, p. 242–288.
- GREGORIUS VII. Liber IV. In: _____, p. 289–347.
- LAMPERT DE HERSEFELD. Annales. In: HOLDER-EGGER, O. (Org.). **Lamperti monachi hersfeldensis opera**: Anhang: Annales Weissenburgenses, Hannover, Leipzig: Hahn, 1894, p. 1–304 (Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum separatim editi (SS rer. Ger.), 38).
- OTTO, VON FREISING. Ottonis episcopi Frisingensis Chronica sive Historia de duabus civitatibus. In: HOFMEISTER, A. (Org.). **Ottonis episcopi Frisingensis Chronica sive Historia de duabus civitatibus**. 1. ed., Hannover: Hahnsche Buchhandlung, 1912 (1984), p. 1–457 (MGH SS. rer. Germ., 45).
- SALLUSTIUS CRISPUS, Gaius. **Werke**. München: Artemis-Verlag, 1985. (Sammlung Tusculum).
- SCHMALE, Franz-Josef; SCHMALE-OTT, Irene. Epistolae Henrici IV. In: SCHMALE, F.-J.; SCHMALE-OTT, I. (Org.). **Quellen zur Geschichte Kaiser Heinrichs IV**. 5. ed., Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2006, p. 50–141 (Ausgewählte Quellen zur deutschen Geschichte des Mittelalters, 12).
- WEBER, Robert; GRYSON, Roger. **Biblia sacra**: Iuxta Vulgatam versionem. 5. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2007.

Referencias bibliográficas

- ALTHOFF, Gerd. Aufgeführte Gefühle. Die Rolle der Emotionen in den öffentlichen Ritualen des Mittelalters. **Passions in Context I** 2010/1, p. 1-21.
- ALTHOFF, Gerd. Demonstration und Inszenierung; Spielregeln der Kommunikation in mittelalterlicher Öffentlichkeit. **FMASt** 27, p. 27-50, 1993.
- ALTHOFF, Gerd. Der König weint. Rituelle Tränen in öffentlicher Kommunikation. In: MÜLLER, Jan-Dirk (org.). ›Aufführung‹ und ›Schrift‹ in Mittelalter und Früher Neuzeit. Stuttgart: J.B.Metzler, 1996, p. 239-252. (Germanistische Symposien-Berichtsbände, 17)
- ALTHOFF, Gerd. **Kontrolle der Macht**: Formen und Regeln politischer Beratung im Mittelalter. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft (WBG), 2016.
- BEUMANN, Helmut. Die Historiographie des Mittelalters als Quelle für die Ideengeschichte des Königtums. **Historische Zeitschrift**, v. 180, n. 1, p. 449–488, 1955. doi:10.1524/hzhz.1955.180.jg.449.
- BLUMENTHAL, Uta-Renate. **The investiture controversy**: Church and monarchy from the ninth to the twelfth century. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988. (Middle Ages series).
- BOSHOF, Egon. **Die Salier**. 5. ed. Stuttgart: Kohlhammer, 2008. (Kohlhammer-Urban-Taschenbücher Geschichte, Kulturgeschichte, Politik, 387).
- FRIED, Johannes. **Canossa**: Entlarvung einer Legende ; eine Streitschrift. Berlin: Akad.-Verl., 2012.
- GOETZ, Hans-Werner. „Vorstellungsgeschichte“: Menschliche Vorstellungen und Meinungen als Dimension der Vergangenheit. **Archiv für Kulturgeschichte**, v. 61, p. 253–271, 1979.
- GOEZ, Werner. Canossa als deditio? In: THUMSER, M.; WENZ-HAUBFLEISCH, A.; WIEGAND, P. (Org.). **Studien zur Geschichte des Mittelalters**: Jürgen Petersohn zum 65. Geburtstag, Stuttgart: Theiss, 2000.
- HERBERS, Klaus. **Geschichte der Päpste in Mittelalter und Renaissance**. Stuttgart: Reclam, 2014. (Reclam-Sachbuch, Nr. 19275).

- KASTEN, Ingrid. Einleitung. In: JAEGER, C. Stephen; KASTEN, Ingrid (org.). **Codierung von Emotionen im Mittelalter**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2003 (=Trends in Medieval Philology 1), p. XIII-XXVIII.
- KÖRNTGEN, Ludger. **Ottonen und Salier**. 4. ed. Darmstadt: WBG - Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2014.
- RUST, Leandro Duarte. **Colunas de São Pedro: a política papal na Idade Média Central**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- STRUVE, Tilman. Canossa: (Gang nach Canossa, 1077). In: ANGERMANN, N. (Org.). **Lexikon des Mittelalters: II**, München: DTV, 2003, 1441–1443.
- TIERNEY, Brian. **The crisis of church and state, 1050-1300**. Toronto: Univ. of Toronto Press, 1996 (Medieval Academy reprints for teaching, 21).
- VOLLRATH, Hanna. The western empire under the Salians. In: LUSCOMBE, D.; RILEY-SMITH, J. (Org.). **The New Cambridge Medieval History: IV, c. 1024 - c. 1198**, Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 38–71 (The new Cambridge medieval history, 4.2).
- WÄCHTER, Hermann. **Nie wieder Canossa! Rom im Kampf mit dem Dritten Reich. Ein Alarmruf an Deutschland**. Beuern: Edelgarten-Verlag Horst Posern, 1934.
- ZEY, Claudia. Der Investiturstreit - Neuere Perspektiven der Forschung. In: KOHL, Thomas (org.). **Konflikt und Wandel um 1100**. Europa im Zeitalter von Feudalgesellschaft und Investiturstreit (Europa im Mittelalter 36). Berlin: Walter de Gruyter, 2020, p. 13–31.

¹ “Wie Rom das Dritte Reich sabotiert, wie Rom dem neuen Deutschland ein neues Canossa vorbereitet, ein Versailles der Seele” (Wächter, 1934: 2) (“Como Roma sabota o Terceiro Império, como Roma prepara uma nova Canossa à nova Alemanha, um Versailles da alma.”)

² Vide: https://de.wikipedia.org/wiki/Canossasäule#/media/Datei:Canossasäule_Bad_Harzburg.jpg Acessado em: 31/07/2023.

³ Vide: <https://de.wikipedia.org/wiki/Canossasäule#/media/Datei:Canossasäule.jpg> Acessado em: 31/07/2023.

⁴ Vide a ilustração que une o mito de Barbarossa estar à espera de despertar e o busto de Bismarck cercado por corvos, abaixo se lê Obelisco de Canossa (*Canossa Säule*): https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/wj1907/0036/image.info#col_thumbs Acessado em: 31/07/2023

⁵ Vide medalha comemorativa que faz referência à Kulturkampf. No verso se lê: “Nicht nach Canossa” (“À Canossa não”): <https://www.dhm.de/lemo/bestand/objekt/kulturkampf-1872.html> Acessado em: 31/07/2023.

⁶ Cf. “Die Buße Heinrichs vor Canossa erschien unter diesem Blickwinkel als Demütigung des deutschen Königs durch den Papst; zu diskutieren blieb allein, ob Heinrich IV. sich vor Canossa dem Machtanspruch Gregors VII. gebeugt oder ob der König durch taktisches Verhalten einen politischen Erfolg erzielt hatte” (Körntgen, 2014: 95).

⁷ O bispo Gregório, servo dos servos de deus ao rei Henrique, saudação e bênção apostólica, se, não obstante, ele vier a se submeter à sede apostólica, como convém a um rei cristão. — Tradução dos autores.

⁸ “*Quorum sententia quia iusta et probabilis coram deo hominibusque videbatur, ego quoque assentiens omne tibi papatus ius, quod habere visus es, abrenuntio atque a sede urbis, cuius mihi patriciatus deo tribuente et iurato Romanorum assensu debetur, ut descendas edico.*” Schmale e Schmale-Ott (2006: Ep. 11, 64). [Cujo veredicto [dos prelados imperiais], porque parecia justo e digno de aprovação diante de Deus e dos homens, eu igualmente concordando, denego a ti todo direito sobre o papado, que parecia possuíres, e, da mesma forma, proclamo que abandones o trono da *urbis*, cujo patriciado a mim é devido por atribuição divina e pelo assentimento jurado pelos romanos (Tradução dos autores)]

⁹ “H[enrique] não de maneira usurpadora, mas pelo santo ordenamento de Deus rei, a Hildebrando, já não mais apostólico, mas falso monge. Isso desse modo mereceste em decorrência da confusão de tua saudação, por meio do que tu negligenciaste ninguém no ordenamento da igreja, a quem não tenhas feito partícipe da confusão, não da honra, da maledicência, não da bênção” (Tradução dos autores).

¹⁰ “Entrementes, de fato, nós certamente sabíamos da vinda do rei” (Tradução dos autores).

¹¹ “Os ataques destes últimos decorrem de uma convicção antiquada baseada em equívocos transmitidos e novas deduções históricas, verdadeiramente de deformações, irritações e julgamentos equivocados na memória investigativa” (Tradução dos autores).

¹² O termo *Vorstellung*, de semântica plural, representa em língua alemã algo que é disposto previamente, ou diante de algo. No caso do universo intelectual, corresponde à constituição das ideias antes das coisas, conforme o *magnum opus* de Artur Schopenhauer, “*Die Welt als Wille und Vorstellung*” (O mundo como vontade e representação). Contudo, dado que a *Vorstellungsgeschichte* se difere da história das representações (Chartier), bem como da história dos conceitos (Koselleck), opta-se aqui por manter o termo em sua língua original. Tal como a *Vorstellung* em Schopenhauer, a *Vorstellungsgeschichte* trata do universo mental que antecede, ou mesmo determina a construção do efetivo, da realidade (*wirklich, Wirklichkeit*).

¹³ “Que “História” é cada vez mais compreendido como “a imagem que cada época constrói a respeito do passado” (Tradução dos autores).

¹⁴ “O número de questões possíveis sob as quais a historiografia se torna uma reminiscência é praticamente ilimitado, desde que seja entendida pelo que ela essencialmente é: muito mais do que um mero papel de veículo imperfeito de notícias históricas, ela é o lugar central para o confronto intelectual da testemunha contemporânea com a realidade que a cerca e o resultado literário daqueles esforços constantemente renovados para determinar a própria posição histórica diante do pano de fundo do passado, para trazer a tradição histórica até o presente e interpretá-la com a ajuda daquele [...] Na escrita da história, a auto-interpretação da época encontrou sua expressão direta” (Tradução dos autores).

¹⁵ Para o termo “Memorik” cunhado pelo próprio Fried (2012).

¹⁶ “Além disso, a memorística exige, e isso não pode ser enfatizado o suficiente, a consideração consistente da situatividade das declarações das testemunhas, ou seja, a consideração de quando e em que circunstâncias esses depoimentos ocorreram. Declarações feitas posteriormente, em circunstâncias completamente diferentes, mesmo que venham de atores dos acontecimentos, não devem ser usadas sem reservas críticas para reconstruir eventos anteriores. Emotividade, partidarismo, iniciativa (como uma indicação daquilo que tange a sua própria pessoa) e respectivamente sua ocultação são outras condições formativas da manipulação inconsciente, na verdade drástica da memória, especialmente na memória episódica do complexo de Canossa” (Tradução dos autores).

¹⁷ “A memorística exige que os depoimentos sejam ponderados de acordo com critérios apropriados. Na verdade, traz à tona testemunhos que foram deixados de lado e rebaixa testemunhos que foram exagerados. [...] A atribuição de sentido aos acontecimentos rememorados respectivamente pelas testemunhas é

decisivamente determinada por esta tipologia, até porque diferentes emoções foram efetivas em cada caso e moldaram os episódios rememorados. Porque a emoção domina todas as lembranças, quer a testemunha queira ou não. Os historiadores interpretadores prestam muito pouca atenção a isso” (Tradução dos autores).

¹⁸ Mais informações em: <https://www.geschichtsquellen.de/werk/714> Acessado em: 31/07/2023.

¹⁹ “Henrique, no entanto, vagando [indecisamente] pelos locais através da Itália, e mais ainda pela sua alma, não sabia o que deveria fazer, porque, independentemente do que fizesse, temia perder o reino. A não ser que, pois, fosse até o papa de maneira suplicante e fosse por este absolvido de seu banimento, sabia que certamente não recuperaria o reino” (Tradução dos autores).

²⁰ “Embora de todos os modos não duvidasse que estava e estaria perdido, ainda assim elegeu aquela parte, na qual acreditava existir alguma esperança; e vestido com lãs, de pés desnudos, vem ao papa...” (Tradução dos autores).

²¹ “dizendo a seu próprio respeito, que amava mais o reino celeste que o terreno, e por isso receberia humildemente sobre si qualquer penitência que se desejasse impor sobre si” (Tradução dos autores).

²² “O Papa, com efeito, alegrado por tamanha humildade de um homem de tal grandiosidade, determinou a ele, que não depositasse sobre si mesmo, até que aquele o permitisse, o ornamento régio, dado que a contrição de seu coração seria tanto mais aceitável ao Deus onipotente, se ela também fosse exteriormente apresentada pelo testemunho de um paramento sem qualquer valor” (Tradução dos autores).

²³ “E [determinou] que evitasse banquetear-se e comunicar-se com aqueles que estavam excomungados, a fim de que aquilo que em si, na própria conversão, pela graça de Deus foi purificado, não se fizesse, por meio do contágio de outras pessoas, ainda mais imundo do havia sido” (Tradução dos autores).

²⁴ “Coloca sobre a cabeça o diadema áureo e retém em seu coração o anátema mais forte que o ferro. Mistura-se à comunidade dos excomungados e é repellido, ó miserável, da comunidade dos santos. Fez-se, pois, tudo manifesto, que não era verdadeiro aquilo que havia dito, que amava ele mesmo mais o reino celeste que o terreno” (Tradução dos autores).

²⁵ “Por conseguinte, tendo enviado rapidamente um legado em nosso encontro, ele mesmo entristecido, e, ademais, temendo muitas coisas retornou, a fim de proteger a Itália da espada e do incêndio” (Tradução dos autores).

²⁶ “O rei, contudo, tendo por fato que tudo poderia ser revertido positivamente no que se refere a isso, se fosse absolvido antes do dia de aniversário da excomunhão...” (Tradução dos autores).

²⁷ “Para estas misérias e calamidades decaíra ele de sua suma glória e máximo poder repentinamente” (Tradução dos autores).

²⁸ “Dessa maneira a indignação de Deus apartou dele não somente aqueles que lhe deviam em função dos sacramentos e dos frequentes benefícios, mas igualmente os amigos e parentes de sangue” (Tradução dos autores).

²⁹ “Ademais, porque o boato caiu na boca do povo, que ele se dirigia às pressas, com ânimo enfurecido, a fim de depor o papa, deveras alegravam-se o fato de lhes ser trazida ocasião, em que poderiam se vingar adequadamente pelas suas injúrias daquele que lhes já havia anteriormente suspenso da comunidade eclesiástica” (Tradução dos autores).

³⁰ “Dessa maneira [os contemporâneos] expressaram, nomeadamente, sua crítica ao seu comportamento régio. Apresentar positivamente um rei enquanto governante cristão significava, a saber, jamais descrevê-lo como dominado pela ira” (Tradução dos autores).

³¹ “‘Se verdadeiramente’, diz, ‘ele se arrepende de seus atos, ele deve entregar a nós a coroa e as demais insígnias régias em demonstração de arrependimento verdadeiro e realizado a partir da alma, e, depois de ter admitido tamanha desobediência, declarar-se indigno do nome e da dignidade régias daí em diante” (Tradução dos autores).

³² “[Se ele] expiasse [seus erros] obedecendo a partir desse momento os decretos da sé apostólica” (Tradução dos autores).

³³ “Ele veio, como se tivesse sido ordenado, e conquanto aquele castelo fosse fechado por muralha tríplice, foi recebido dentro da área do segundo dos muros, tendo deixado do lado de fora todo o seu séquito, tendo depositado o paramento régio, não trazendo qualquer marca régia, não ostentando qualquer coisa pomposa, de pés desnudos, permanecia em jejum desde a manhã até as vésperas, aguardando a sentença do pontífice dos romanos” (Tradução dos autores).

³⁴ “Após muitas palavras ditas ademais a esse respeito” (Tradução dos autores).

³⁵ “Se ele, absolvido das coisas que lhe eram obstadas, potente e fortalecido permanecesse no trono, seria sempre súdito do pontífice romano e obediente às suas ordens, e tornar-se-ia o seu assistente no que se refere à força, e consentindo com ele, para a correção de quaisquer tradições vis que viessem a surgir em seu reino contra as leis eclesiásticas” (Tradução dos autores).

³⁶ “Se você sabe que és inocente e se a tua estima é atacada por teus rivais por meio de calúnias e falsas incriminações, então liberte rapidamente tanto a igreja de Deus desse escândalo como a ti mesmo da incerteza dessa longa controvérsia, e aceita essa parte residual do corpo do senhor, para que seja comprovada a tua inocência pelo testemunho de Deus e bloqueada toda boca balbuciando contra ti coisas iníquas, e daí em diante serei eu advogado da tua causa e defensor veementíssimo de tua inocência, os príncipes se reconciliarão contigo, o reino te será restituído, todas aquelas guerras civis e tempestades que há tempos acometem a *res publica* serão sossegadas para sempre” (Tradução dos autores).

³⁷ “Com o compartilhar do alimento, e, possivelmente ainda mais importante, da bebida, demonstrava-se a disposição para uma relação pacífica e amigável para com o parceiro” (Tradução dos autores).

³⁸ “De acordo com a apresentação de Lampert o ato em sua totalidade havia sido, portanto, previamente negociado e seu desenvolvimento definido. Os mediadores garantiam um comportamento adequado de ambos os atores principais” (Tradução dos autores).

³⁹ “O qual, igualmente, enviando adiante de si legatos suplicantes antes que tivesse adentrado a Itália, ofereceu apresentar satisfações a Deus, a São Pedro e a nós por todas as coisas, e para a correção de sua ida, prometeu observar toda a obediência, de modo que com isso fosse digno de obter de nós a graça da absolvição e da benção apostólica” (Tradução dos autores).

⁴⁰ “Naquele lugar, persistindo por três dias diante da porta da fortaleza, despido de todo adorno régio, descalço feito um miserável, e coberto [apenas] de lã, não desistiu antes que, com muitas lágrimas apelando ao auxílio e consolo da misericórdia apostólica, tivesse movido todos aqueles que estavam ali presentes e aos quais essas notícias chegaram, a tamanha piedade e misericórdia de compaixão, que por ele intercedentes por meio de muitas preces e lágrimas todos certamente se admiravam com a dureza incomum de nossa mente, e, de fato, algum declararam que em nós não haveria a gravidade da severidade, mas a crueldade praticamente tirânica da barbaridade” (Tradução dos autores).

⁴¹ “Assim, tendo sido concluídas essas coisas dessa maneira, que nós fomos capazes de conjugar plenamente todas as coisas para a paz da igreja e a concórdia do reino, com a ajuda de Deus, conforme desejávamos há muito tempo, desejamos nos dirigir às vossas partes, dada a primeira oportunidade” (Tradução dos autores).

⁴² “Ele teria antecipado o resultado das negociações, começando sem o consentimento de uma *ratijutio*, e assim - claramente bem calculado - exerceu tanta pressão sobre o Papa, que este teve que conceder a absolvição desejada - contra sua própria vontade política” (Tradução dos autores).

⁴³ “Eles deveriam enfatizar a urgência do pedido e tornar a recusa mais difícil, mostrando que o suplicante estava disposto a se despojar de si mesmo” (Tradução dos autores).

⁴⁴ “Leio e releio os feitos dos reis ou imperadores romanos e em lugar algum me deparo com qualquer um deles que antes deste [Henrique] tenha sido excomungado ou privado de seu reino pelo pontífice romano, a não se que alguém queira fazer valer por tendo sofrido o anátema, o fato de Filipe [o Árabe] ter sido por um breve tempo colocado pelo bispo romano entre os penitentes, e de Teodósio ter sido colocado de lado na entrada da igreja por Santo Ambrósio, em função da matança cruenta.” (Tradução dos autores)

⁴⁵ “‘História e historiografia, é claro, não são idênticas porque os autores não registraram o que realmente aconteceu, mas sim o que eles pensavam, acreditavam (ou até mesmo desejavam) que tivesse acontecido [...] a narratio rerum gestarum, é uma ‘construção’ (controlada e refletida); escrever história significa ‘construir o passado’, embora nenhum cronista medieval tenha percebido ou admitido tal caracterização” (Tradução dos autores)